



Gestão Sustentável - TJDF





<https://youtu.be/u2K0Ff6bzZ4>

<https://youtu.be/HLG6RIprRzU>

CNJ - <https://youtu.be/oS4LkYf-yvE>

IBGE ODS 16 - <https://youtu.be/RkRpbUt1fCM>





Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

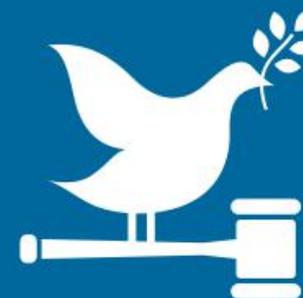
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas e todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



GESTÃO SUSTENTÁVEL



Área Administrativa

CONTRATAÇÕES

Custeio
Investimento



Compras Públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ONU

Bens e serviços



*dados de 2016 – MPOG

**Biderman et al., 2008.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



Selo Justiça em Números do CNJ – 2019 (dados de 2018)

item IX – cumprir com o disposto na Resolução CNJ nº 201, de 3 de março de 2015 e alcançar os melhores índices de Gestão Socioambiental (35 pontos).

Esta alteração na pontuação requer maior precisão na coleta dos dados do PLS - TJDFT, uma vez que ainda não se conseguiu estabelecer metodologia para levantamento preciso das informações sobre os itens "alterações de layout" e "telefonia" nas 3 últimas edições dos relatórios de desempenho do PLS (Relatório de Desempenho metas 2018/17).

Portaria CNJ N. 133, de 28/9/18 - Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU, coordenados no Brasil pelo IPEA e Presidência da República.
O PLS do Poder Judiciário é uma das ferramentas de apoio a este Comitê.



PLS - instrumento de apoio à gestão no TJDFT:



À Administração

- .avaliação sistêmica dos consumos e gastos
- .apoio à tomada de **decisões sociais, ambientais e econômicas**

Aos gestores das unidades

na formulação de plano de ação a ser aprovado pela Comissão Gestora (inovação)

Ao Comitê de Contratações

na gestão do conhecimento sobre a série histórica dos consumos e gastos

Aos gestores de contrato

diretrizes formuladas pela administração (bússola)



Prêmio CNJ de Qualidade

Desempenho do IDS:

consumos de copos plásticos, papel,
impressões, combustível,
coleta seletiva

4ª lugar - Ranking PLS Tribunais

Acórdãos TCU 2743/2015

(Governança de Contratações)

Acórdão TCU 1056/17

Índice de Sustentabilidade
na Administração Pública - IASA.e

Alinhamentos



Estratégia
Governança
Integridade

Resolução CNJ 347/20
Governança de Contratações

Decreto Federal
10.024/19
PLS como base das licitações
(insumo Plano de Contratações)

Resolução CNJ N. 201/2015 implantação do PLS-PJ

Painel CNJ – PLS Jud



Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ)



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A *diretriz do tema Desenvolvimento Sustentável orienta a adoção de ações sustentáveis, em consonância com os desafios lançados pela Agenda 2030 da ONU.*

Promover a integração das atividades do TJDFT aos objetivos da Agenda 2030

DESCRIÇÃO

Promover a institucionalização da Agenda 2030 no TJDFT, assegurando as condições necessárias para a implementação e a consecução de seus objetivos, por meio do alinhamento com os instrumentos de planejamento e gestão.

INDICADORES

- Grau de atendimento dos parâmetros de avaliação do Selo CNJ Agenda 2030;
- Grau de cumprimento da Meta Nacional 9 de 2020 do Poder Judiciário;
- Grau de cumprimento do Plano de Logística Sustentável



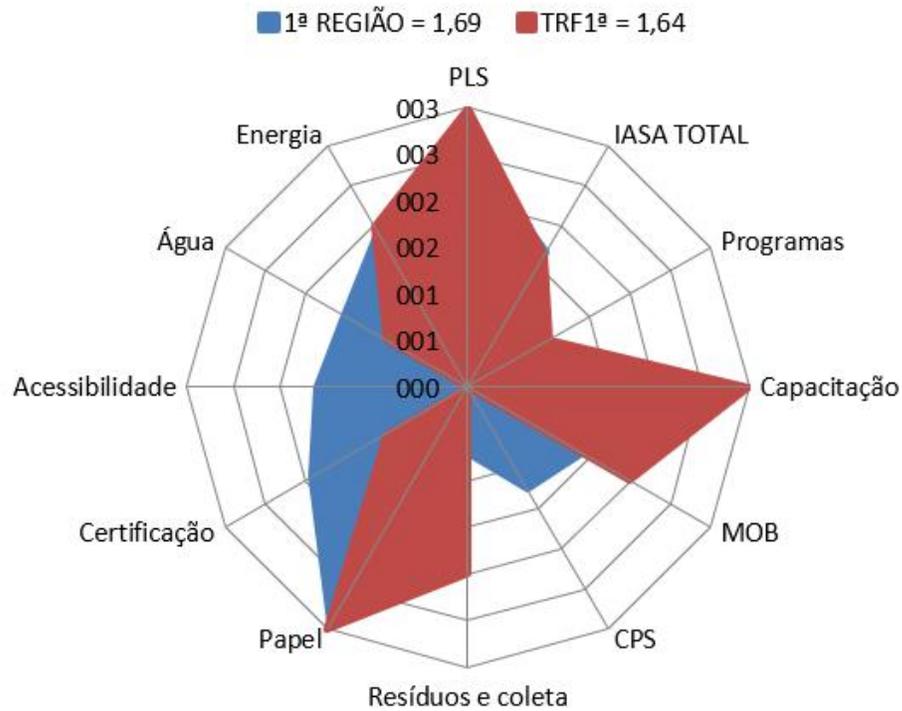
PROJETO PRIORIZADO NO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO

- Projeto de Modernização da Vara de Execução Fiscal (VEF).

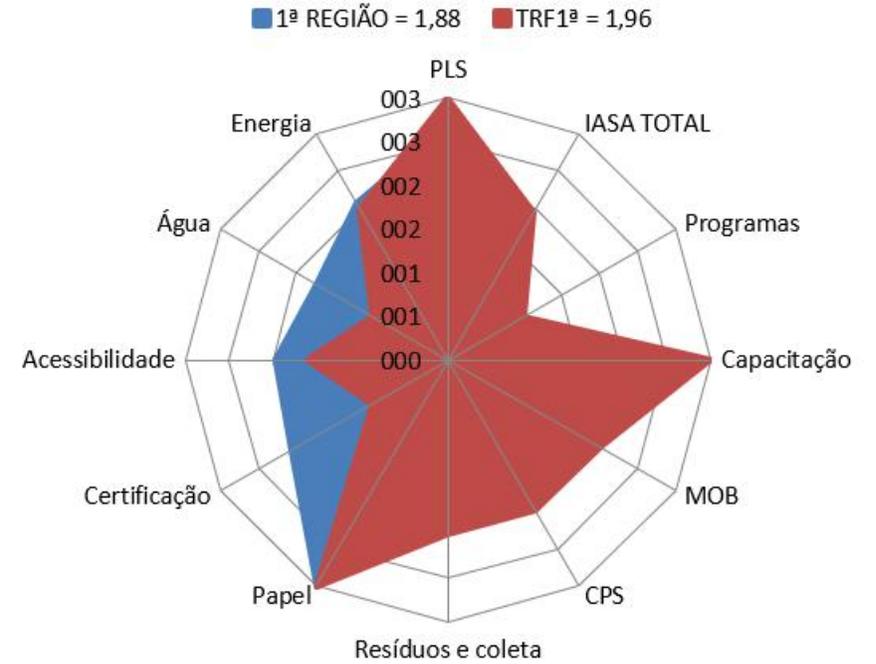


Índice de Sustentabilidade IASA – TRF

IASA 2018



IASA 2019



Evolução do IASA





- **Resolução CNJ 347/2020**

- Política de Governança de Contratações do Poder Judiciário

- DOS INSTRUMENTOS

-
- Art. 5º São considerados instrumentos de governança em contratações públicas do Poder Judiciário, dentre outros:
 - I - o Plano de Logística Sustentável;
 - II - o Plano Anual de Contratações;
 - III - o Plano Anual de Capacitação; e
 - IV - o Plano de Tratamento de Riscos do macroprocesso de contratações, observado o disposto no inciso IV do art. 30.
- Os instrumentos de governança devem estar sistematizados e alinhados entre si, com o plano estratégico do órgão e com os demais planos instituídos em normativos específicos, de modo que consolidem as diretrizes desta Resolução e as estratégias do órgão.

-



- **Resolução CNJ 347/2020**
- Política de Governança de Contratações do Poder Judiciário
 - **SEÇÃO I**
 - **DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL**
-
- Art. 6º Os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, de acordo com as regras definidas pela [Resolução CNJ nº 201/2015](#), e suas atualizações.
- Parágrafo único. O escopo do PLS, sempre que possível, deverá ser ampliado, alcançando o **monitoramento dos grandes contratos do órgão**, de modo a subsidiar a criação de políticas internas e a tomada de decisão da alta administração.
- Art. 7º O PLS deverá estar em harmonia com o Plano Estratégico Institucional e demais instrumentos de desdobramento da estratégia dos órgãos, observado o disposto no § 1º do art. 4º.

Mural da Saúde



INFORMAÇÕES

Ginástica laboral tem novos vídeos. Vamos nos mexer!

TRABALHO em tempos de PANDEMIA:

orientações aos magistrados, servidores e colaboradores do TJDF



TJDF autoriza comunicação de atos processuais com uso de meios eletrônicos

TJDF contabiliza mais de 1.500 audiências com réus presos durante a pandemia

Dicas de Bem-Estar



INFORMAÇÕES

Confira dicas para manter a saúde em tempos de pandemia

COVID-19: afastamento e alimentação de terceirizados

Foi publicada na sexta-feira, 16/10, a Portaria GPR 1786/2020 com o objetivo de uniformizar o entendimento sobre o pagamento de auxílio-alimentação aos empregados terceirizados afastados por circunstâncias relacionadas à COVID-19, regulamentado pela Portaria GPR 1.353/2020, junto a outras medidas temporárias de prevenção ao contágio.

O tema vinha ocasionando dúvidas aos gestores de contrato do Tribunal nesse período de funcionamento atípico da Casa. A nova redação reduz as chances de interpretações equivocadas quanto à abrangência do dispositivo, trazendo maior segurança jurídica e transparência.

A alteração confirma a possibilidade de pagamento do auxílio-alimentação tanto nas hipóteses que caracterizam a falta justificada, conforme o §1º do art. 8º, quanto no afastamento decorrente do protocolo unificado estabelecido pela Secretaria de Saúde, definido no art. 9º da referida Portaria.





Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

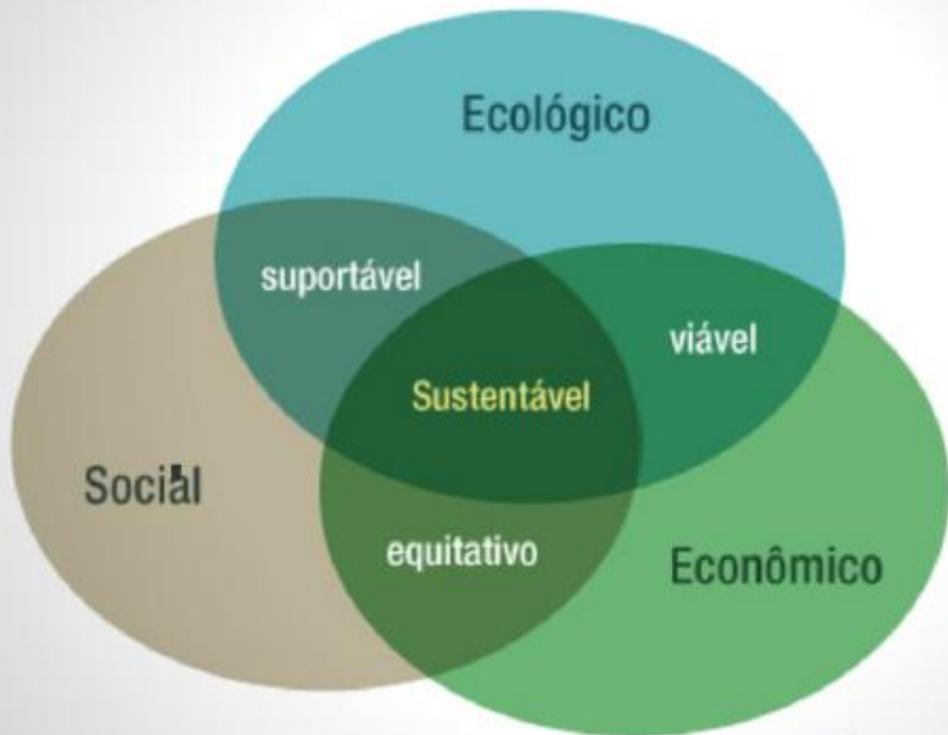
- **Eficiência** do gasto público
- **REAL** necessidade de consumo
- **Transparência**
- **Prestação de contas** à sociedade
- Menos consumo = **menor impacto ambiental**
- **Inclusão social** nas políticas e contratações públicas

RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS - ODS

ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 2 (Fome zero)	Macrodesafio – Garantia dos direitos de cidadania
ODS 3 – Boa Saúde e Bem-Estar	Movimento Permanente pelo Direito à Saúde Macrodesafio – Garantia dos direitos de cidadania
ODS 5 – Igualdade de Gênero	Movimento permanente de combate à Violência doméstica e Familiar Macrodesafio – Garantia dos direitos de cidadania Meta 8
ODS 6 (água limpa), ODS 7 (energia limpa), ODS 11 (Cidades e Comunidades sustentáveis), ODS 12 (consumo e produção responsáveis), ODS 13, ODS 14 e ODS 15	PLS-JUD PLS-CNJ
ODS 16	Movimento permanente pela conciliação Todas as Metas Nacionais

Consumo Consciente

Ponto de equilíbrio no
consumo sustentável




dicas para TJDFT
Viver Direito
TJDFT

GESTÃO SUSTENTÁVEL

FOCO DO PLS:
Resultados
ao
CIDADÃO

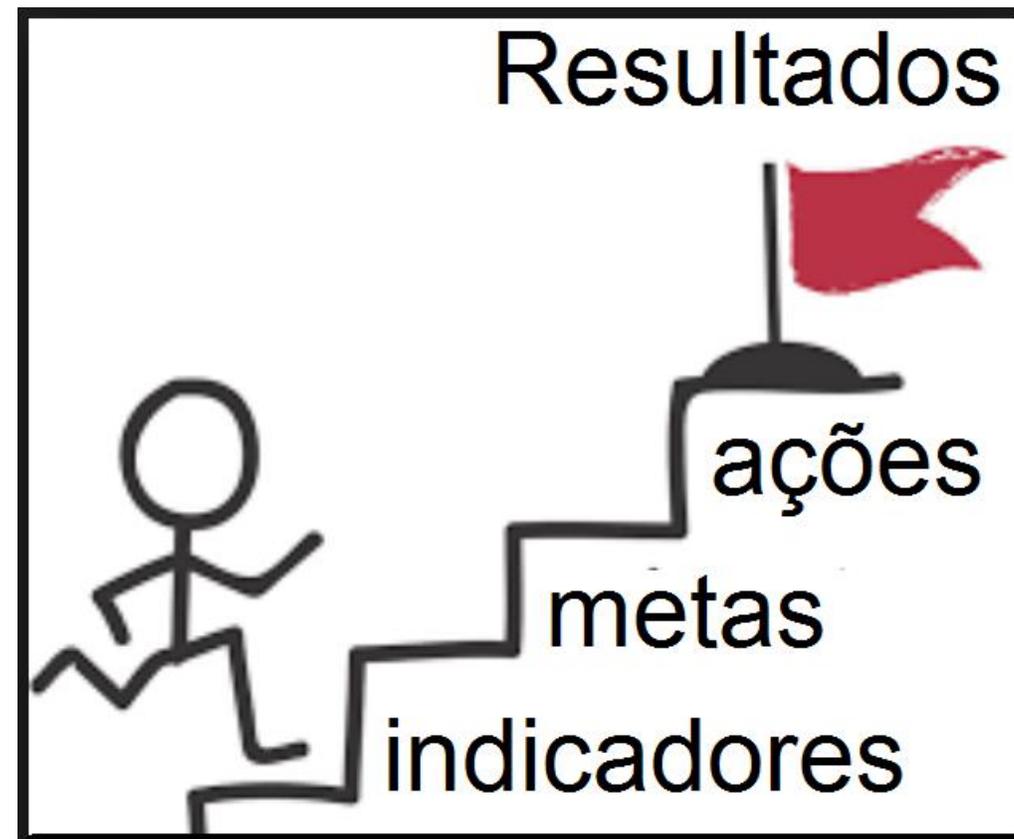
**MANTIDOS AO
LONGO DO TEMPO**



O que não se mede... não se gerencia

Estrutura TJDFT

21 prédios
8170 servidores
350 magistrados
1860 servidores
1987 terceirizados





Para o PÚBLICO, o que importa?

2018/17 – Economia:

R\$ 2.743.702,86

Cidadão:

TRANSPARENCIA

Orçamento público:

RESPONSABILIDADE

Meio Ambiente:

MENOR IMPACTO

PAINEL BI - CONSUMO DE ÁGUA

Exibir por

Consumo

Custo

Normal

Acumulado

Consumo de Água

m³

200.000

150.000

100.000

50.000

0

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

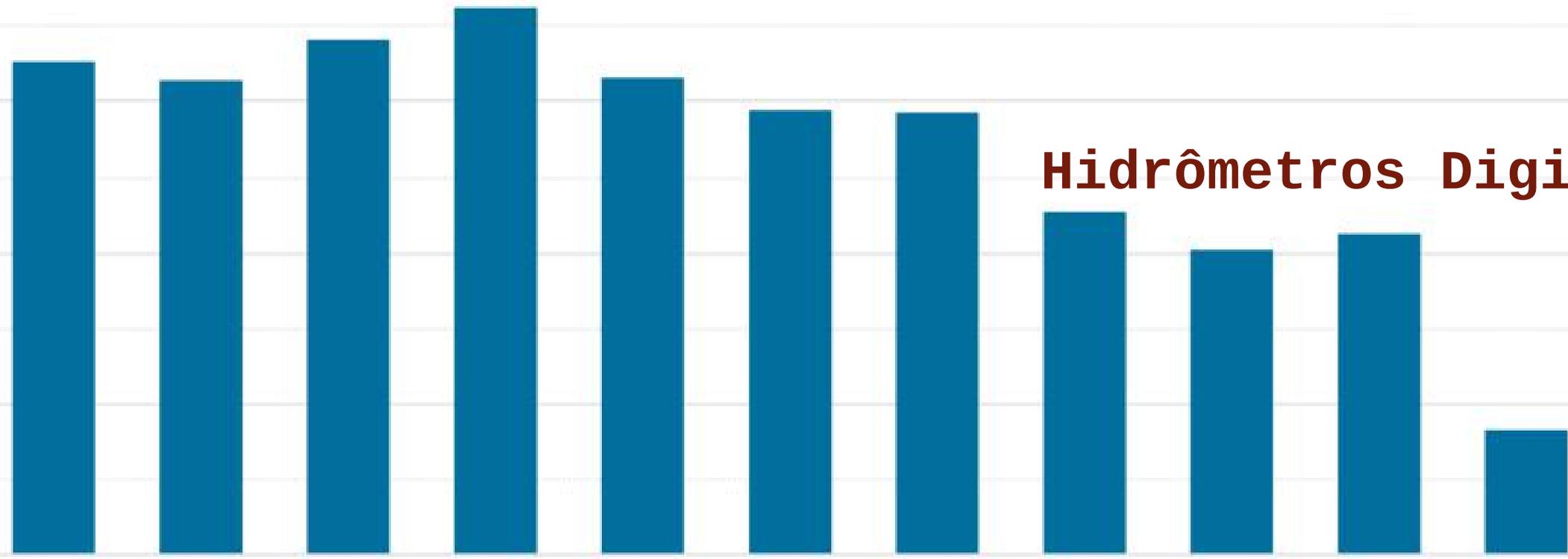
2017

2018

2019

2020

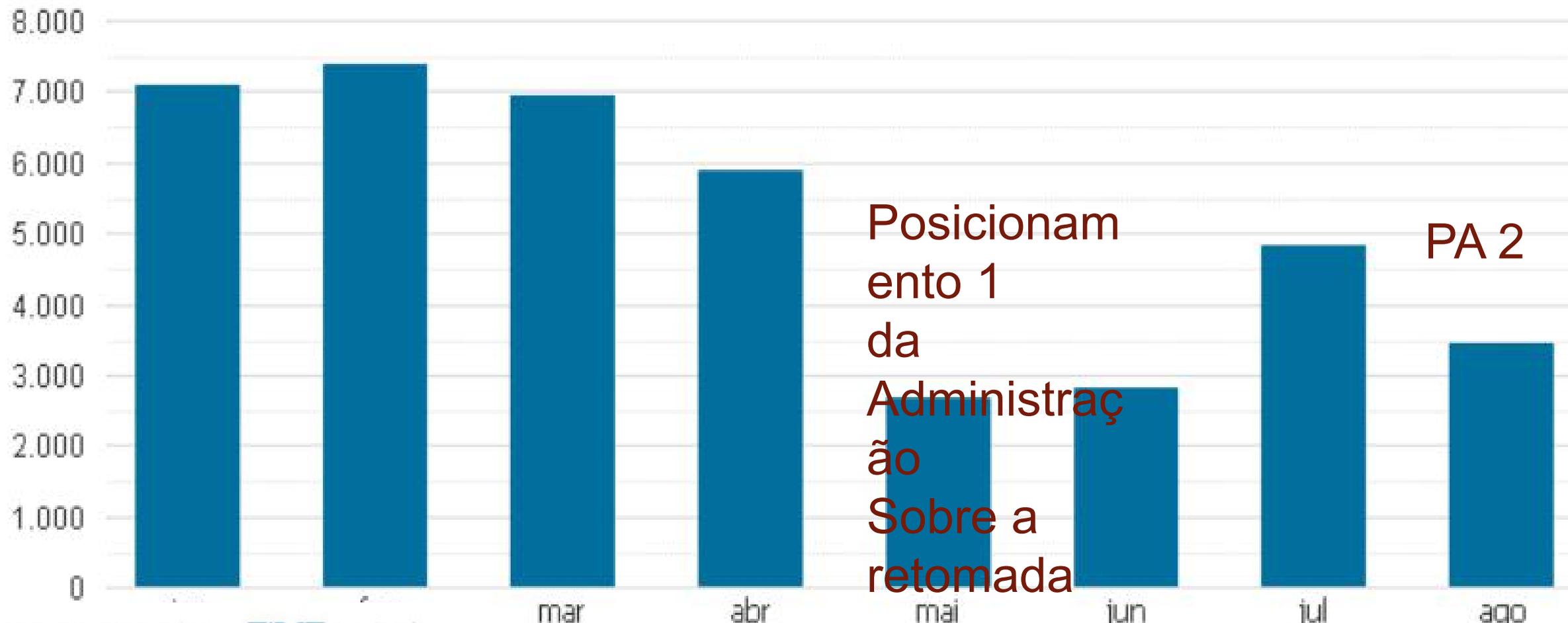
Hidrômetros Digitais



TJDFT - PAINEL BI - CONSUMO DE ÁGUA - MENSAL

Consumo de Água 2020

m³

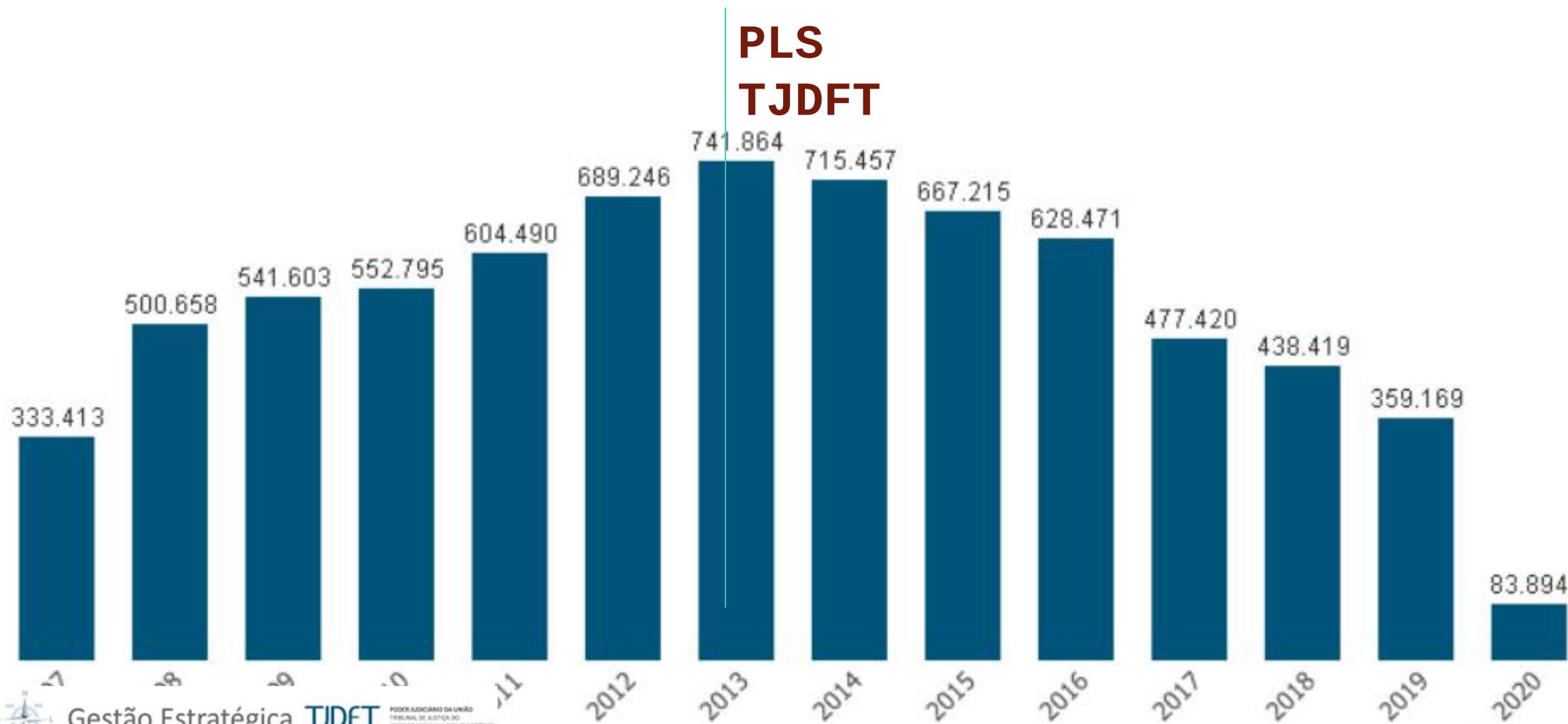


Posicionamento 1 da Administração Sobre a retomada

PA 2



Quantidade



Resumo - ECONOMIAS NO PERÍODO DE ISOLAMENTO - TJDFT

Contratos	Fonte: PA e planilha SIASG	Total economizado MAR a AGO
Estagiário	19.463/2016	-R\$ 4.722.036,57
Impressão	Painel	-R\$ 644.986,74
Água	Painel	-R\$ 473.087,01
Service Desk	10.906/2015	-R\$ 1.853.952,84
Energia elétrica	Painel	-R\$ 3.075.514,64
Correios	Painel	-R\$ 691.370,16
Atendentes	22.190/2014	-R\$ 552.798,51
Copeiragem	06.650/2020	-R\$ 577.943,02
Limpeza	20.056/2014	-R\$ 457.312,32
Carregadores	18.498/2018	-R\$ 25.992,46
Bens de Consumo	Painel	-437942,56
Combustível	Painel	-623055,72
Manutenção Veicular	Painel	-384979,39
		-R\$
	Total Geral	14.520.971,94





COLETA SELETIVA



DESTINAÇÃO DE PAPEL
242.275 Kg

DESTINAÇÃO DE METAIS
2.328 Kg



DESTINAÇÃO DE PLÁSTICO
7.841 Kg

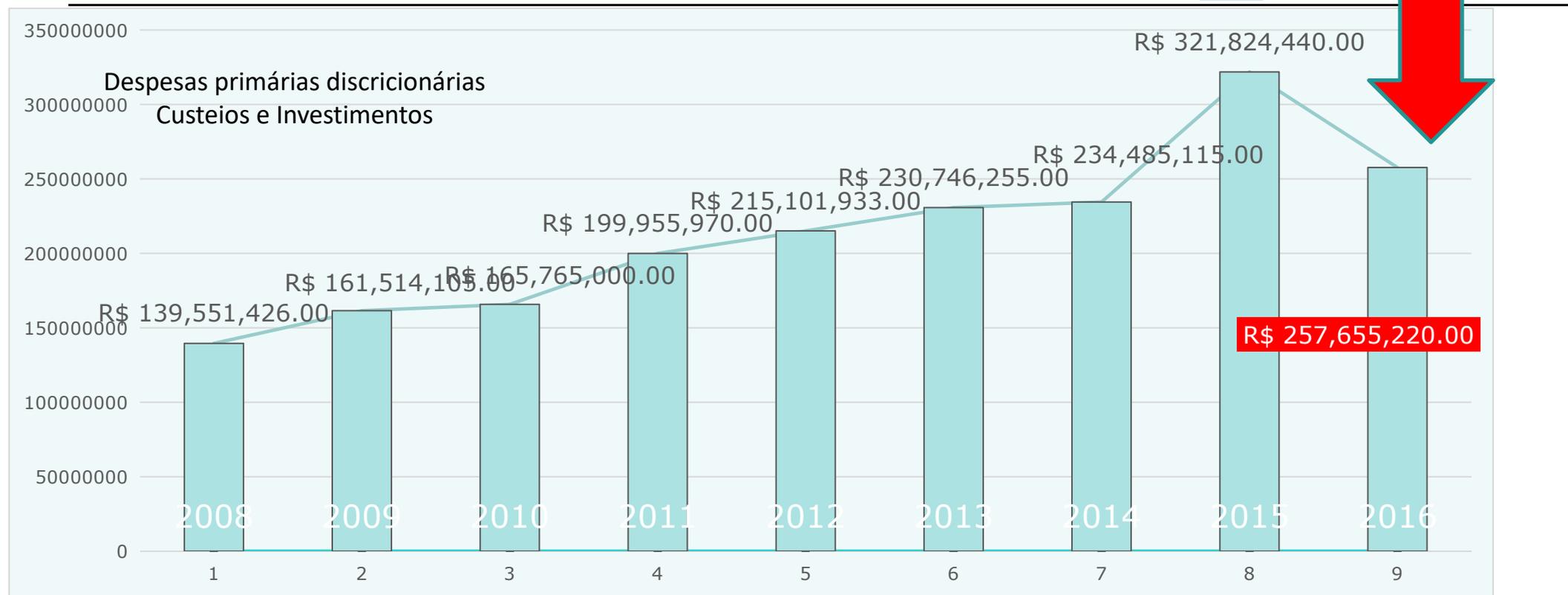
DESTINAÇÃO DE LÂMPADAS
30.000 Unit



TOTAL DE MATERIAIS DESTINADOS À RECICLAGEM

252.538 Kg

Análise de cenário – nosso custo



colaboração



Ajuste
orçamentário

+
LOGÍSTICA

+
GOVERNANÇA

Tele
trabalho

Tecnologia

Dados
Transparência

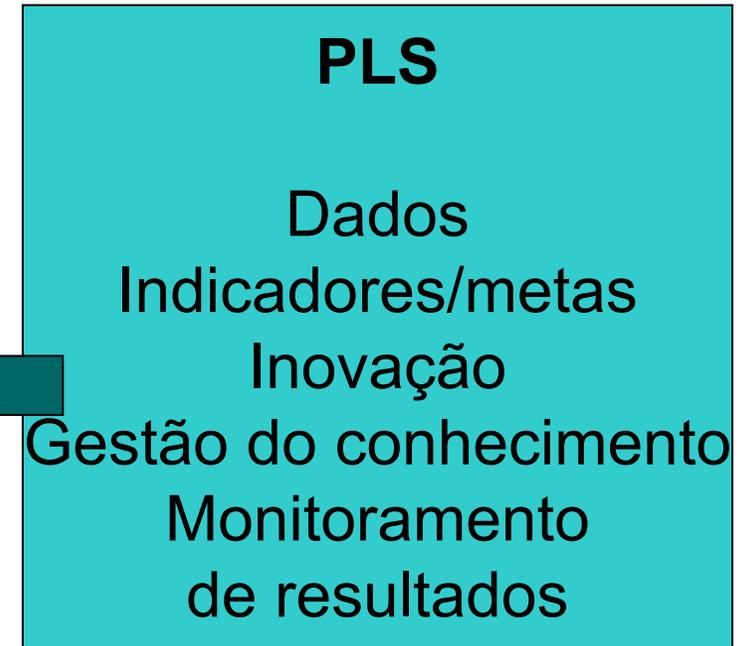
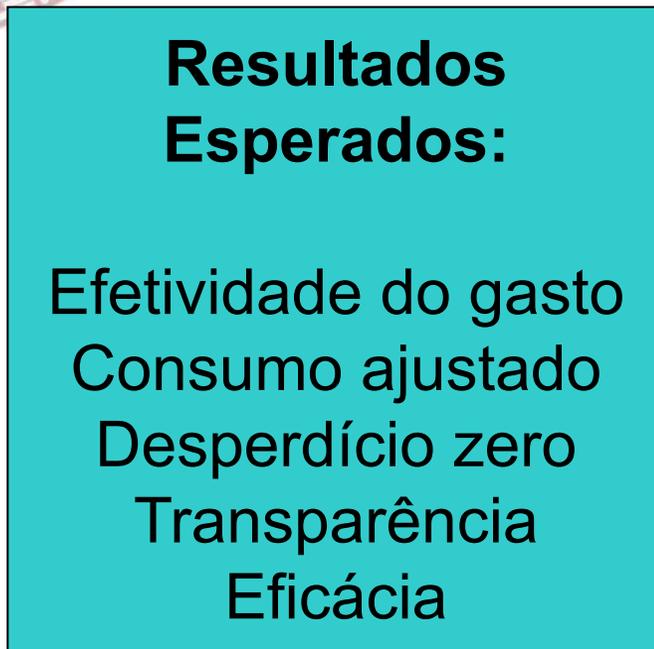
Aposen
tadorias

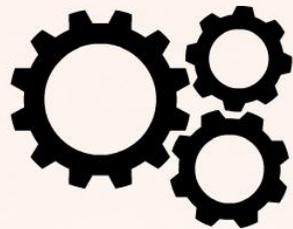
Redução
de consumos
(SEI e PJe)



OBJETIVOS DO PLS:

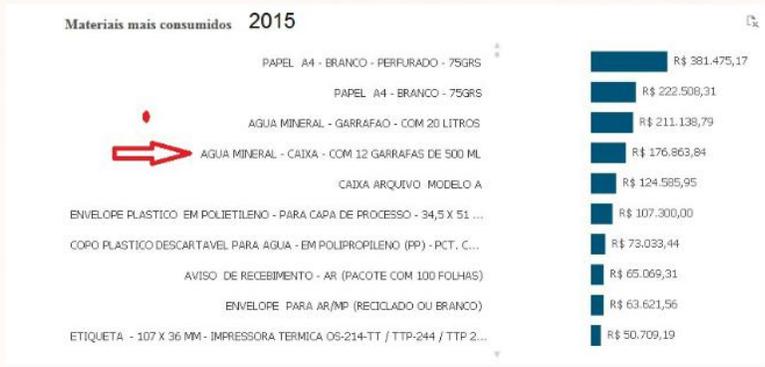
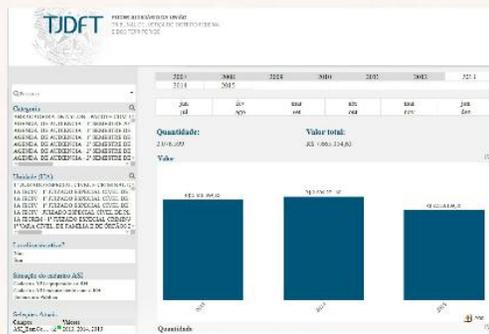
Estamos indo no caminho certo?
Podemos melhorar?





FERRAMENTAS DE BI

Visão sistêmica dos consumos



PLS no Plano Estratégico 2015 - 2020



INDICADOR: Índice de execução do PLS			
Descrição	Mede o percentual de execução das metas dos indicadores		
Fórmula	Média do grau de cumprimento das metas individuais		
Periodicidade	Anual	Unidade de medida	Porcentagem
Unidade responsável	COGESA	Data limite para envio dados	30/jan
Fonte dados	Dados enviados pelos Grupos Executivos do PLS no SEI		

Campanhas de comunicação



Alterações de layout suspensas.



COLETA SELETIVA – SEPARE, NÃO PARE!





Recolhimento de impressoras
coloridas nos gabinetes.



Clique e saiba mais.



+ de
500 itens
reincorporados

Devolva!
não **ESTOQUE**





Clique e saiba mais.



2018 – MOBJUS Aplicativo de mobilidade

Portaria regula gestão
de frota e transporte.



Menino indiano -

<https://youtu.be/JZ8Q6cvu92s>





O Plano de Logística Sustentável não é meramente um Relatório de gestão de custos dos órgãos....

E sim um instrumento de gestão sistêmica dos recursos disponíveis, voltado à melhoria contínua da administração, e à sustentabilidade econômica, ambiental, social, e cultural, na missão de entregar valor público ao cidadão.

Adriana Tostes

Coordenadora de Gestão Socioambiental

Contatos:

Adriana.tostes@tjdft.jus.br

61.992111318